

estado e mercado na china pós-1976: o grande salto à direita*

state and market in post-1976 china: the great leap to the right

Andrea Piazzaroli Longobardi**

Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, São Paulo, Brasil

RESUMO

A Reforma Econômica chinesa, realizada a partir de 1978, foi efetivada com o suporte de dispositivos partidário-estatais constituídos entre 1949 e 1976, ou melhor, sobre seus espectros. Os espólios das Comunas Populares e dos Comitês Revolucionários – sistemas maoístas de organização do trabalho e da administração estatal que estiveram no centro de acirrada disputa na década de 1960 – serviram como bases para a implementação da Reforma nas décadas de 1970 e 1980. De par com a Reforma, também foram constituídos discursos oficiais que operavam a transmutação de categorias históricas e econômicas que viriam a constituir a base discursiva da hegemonia do novo Estado chinês. Tais discursos buscaram remendar crises de um passado recente, as quais ainda não foram superadas.

Palavras-chave: China. Reforma. Maoísmo. Revolução Cultural. Indústria. Operariado.

ABSTRACT

The Chinese Economic Reform was developed on the shoulders of Party-State's structures that were constituted between 1949 and 1976, or better, on the shoulders of its specters. The spoils of the People's Communes and the Revolutionary Committees – Maoist structures that served to organize labor and state administration, and were in the center of fierce disputes during the 1960 – served as bases to implement the Reform during the 1970 and 1980. In order to legitimate this new use of old structures, the CCP promoted series of academic campaigns to rewrite Chinese history, and weave the discourse bases for the hegemony of a new State. However, the new Chinese economy is founded on deep crises of a recent past, and these crises haven't yet been overcome.

Keywords: China. Reform. Maoism. Cultural Revolution. Industry. Workers.

* O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) – Código de Financiamento 001. Submetido: 6 de outubro de 2014; aceito: 15 de maio de 2015.

** Doutora em História Econômica pela Universidade de São Paulo. *E-mail:* apl.pe-regrina@gmail.com

Mas a quais condições e pagando quais custos políticos, humanos e sociais? Porque a construção dessa nova forma de capitalismo acaba subtraindo tempo e esperança da humanidade toda. Já que agora a China é, precisamente, o próprio capitalismo.

*Tommaso di Francesco*¹

Introdução

Em 1981, na Sexta Plenária do 11º Comitê Central do Partido Comunista chinês foi redigida a “Resolução sobre algumas questões da história do Partido desde a fundação da República Popular da China”². O documento faz uma revisão e avaliação da história do PCCh, iniciando pela sua formação na década de 1920 e passando pelas principais medidas políticas e econômicas tomadas desde a Liberação em 1949. Esse texto, por fim, reescreve a história com objetivos pragmáticos, simplificando eventos ocorridos e julgando como “boas” ou “más” as medidas políticas realizadas pelo PCCh.

Por que, entretanto, o contexto de 1981 pediria uma reavaliação da história da RPC, se a transformação do discurso político e econômico ocorrera entre 1976 e 1978, com direito aos espetáculos a ferro e fogo que marcaram o início da campanha de Reforma e Abertura?³

O fechamento oficial da Plenária responde a essa questão:

Itens na agenda desta plenária foram: 1. Discussão e aprovação da Resolução sobre certas questões da história do Partido desde a fundação da República Popular da China; 2. Eleição e reeleição dos membros principais do Comitê Central.

A agenda acima foi cumprida integralmente [...]. Esta plenária é de grande significação na história do nosso Partido [...], uma reunião para

¹ Francesco (2005, p. 9).

² O documento está disponível em <<http://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/01.htm>>, acesso em maio 2014.

³ Refiro-me aqui a queima de arquivos e periódicos de Guardas Vermelhas entre outubro e dezembro de 1976, tortura e prisão de integrantes das associações maoístas, prisão do Grupo Central da Revolução Cultural (pejorativamente chamado “Gangue dos Quatro”) (Jiang, 2010).

sintetizar experiências e encerrar um passado para seguir em frente. Esta sessão entrará para a história por ter cumprido sua missão histórica de estabelecer uma correção do que tinha sido desordenado na ideologia diretriz do Partido até 1976. (CCPC, 1981)

Ou seja, a Plenária encarregou-se de arrematar, no plano ideológico e discursivo, uma estratégia política e econômica já iniciada. Seguir em frente... na direção que já havia sido tomada. É exatamente após 1981 que são aprofundadas as medidas iniciadas com a Reforma e Abertura econômicas: aumento dos investimentos estrangeiros e exportações, transformação de políticas de trabalho no sentido de flexibilizar os dispositivos de seguridade social, terceirização de mão de obra como projeto estatal, multiplicação das Zonas Econômicas Especiais.

Esse foi também um ano marcado pela reordenação do plano discursivo da política, o qual asseguraria a hegemonia de um novo modelo de Estado. Por exemplo, foi nesse ano que se graduou a primeira turma de estudantes após oito anos em que as universidades estiveram fechadas durante a Revolução Cultural e, após cinco anos de prisão sem processo judicial, os quatro membros restantes do Grupo Central da Revolução Cultural (GCRC)⁴ foram a julgamento televisionado em escala internacional (Wang, 2003; Russo, 2005).

A “Resolução sobre algumas questões da história do Partido...”, dessa forma, foi um documento com objetivos específicos de construção da hegemonia da política que já vinha sendo realizada pelo PC desde 1976 e que continuaria no mesmo sentido até 1989.

Muito embora o discurso apresentado marque uma inflexão ou ruptura – como indicariam as expressões “encerrar” ou “corrigir um passado” –, algumas heranças não poderiam ser descartadas de imediato. “Despolitizado como se havia tornado o discurso do PC chinês, purgá-lo totalmente do socialismo seria contraproducente” (Anderson, 2010,

⁴ Grupo Central da Grande Revolução Cultural (Zhongyang Wenge Xiaozu, 中央文革小组). Grupo formado em maio de 1966, ligado à ala maoísta do PCC, composto inicialmente por 19 membros, entre os quais Zhang Chunqiao (1917-2005), Yao Wenyuan (1931-2005) e Jiang Qing (1914-1991, casada com Mao Zedong desde 1938). Esses três membros, com Wang Hongwen (1935-1992), que integrou o grupo em 1969, após a Revolução Cultural, foram apelidados pejorativamente de “Gangue dos Quatro” em 1976, apodo utilizado no longo processo de julgamento de rebeldes envolvidos na RC.

p. 88): o socialismo, assim, foi rerepresentado (com uma determinada interpretação de maoísmo) como forma de organização do sistema político econômico, mas sem referências revolucionárias. Para isso a Resolução extirpou do conjunto de “Pensamentos do presidente Mao”⁵ o que não seria útil ao projeto de Reforma. A Resolução declara que o “verdadeiro sentido do Pensamento do presidente Mao” diz respeito à estratégia que garantiu a vitória na guerra da Liberação, à implementação e ao crescimento das indústrias de base, à diminuição da fome e da carestia, à modernização da produção agrícola. Por outro lado, o documento afirma que as falas e ações de Mao Zedong relacionadas com a Revolução Cultural e com as Comunas Agrícolas devem ser excluídas, pois nada mais seriam que um “excesso de esquerda” (sic), em parte senil e em parte audacioso demais porque haveria insistido em uma transição entre socialismo e comunismo num país que, “claramente”, estaria apenas no primeiro estágio capitalista.

De acordo com esse discurso, a Reforma e a Abertura não seriam nada além da “reordenação” do marxismo-leninismo – ainda “aplicado às condições chinesas pelo Pensamento do presidente Mao”, como versa a Resolução –, o qual havia sofrido impasses e desvios durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural. Ora, a referência a uma “reordenação” remonta ao plano político e econômico proposto por Deng Xiaoping em 1975 e em 1977, o “Pôr em ordem” (整顿), o qual afirmava já naqueles anos a necessidade de encerrar os experimentos políticos populares, restabelecer a hierarquia militar no Exército, estimular o investimento estrangeiro e concentrar esforços na produção e exportação de minérios e petróleo. O plano de Reordenação incluía, já em 1975, uma reinterpretação do maoísmo: Deng Xiaoping havia então declarado que “o mais importante do Pensamento de Mao Zedong são

⁵ Em Mandarim, a expressão “Pensamento do presidente Mao” (毛主席思想) ou “Pensamento de Mao Zedong” (毛泽东思想) foi utilizada tanto no sentido de “maoísmo” (em especial pelas Guardas Vermelhas e pelos Rebeldes durante a Revolução Cultural, que utilizavam a expressão de forma a basear invenções políticas), quanto no sentido de “compilação de frases, discursos e diretivas de autoria individual de Mao Zedong” (significado usado geralmente no sentido de autoridade e regulamentação sobre determinadas práticas).

as três diretivas: estudar a teoria, estabilizar e unificar” – uma colagem de três palavras ditas por Mao Zedong em contextos variados⁶.

As duas “reordenações” operadas entre 1976 e 1981 terminam por traçar, no plano discursivo, uma continuidade linear (ascendente) desde a Liberação em 1949. Essa suposta linearidade deve ser analisada porque silencia eventos importantes para a história do PC. Por exemplo, a avaliação proclamada em 1981 não considera o período entre 1959 e 1976 como um período de disputa de forças políticas e econômicas no país, em vez disso aponta os conflitos ocorridos – tanto os faccionalistas quanto aqueles decorrentes de mobilização popular – como “desordens”, esvaziadas de sentido político, movidas apenas pelos excessos autoritários cometidos por alguns indivíduos. De acordo com essa interpretação, quando “corrigido” o período de suposta desordem, teria sido recuperado o ritmo de desenvolvimento econômico num sistema “socialista com características chinesas”⁷.

Mas certamente há razões empíricas (não só discursivas) para que esse discurso seja hegemônico na política chinesa contemporânea. A concepção de linearidade pôde ser disseminada porque as reformas econômicas do fim do século XX foram implementadas com o suporte de estruturas burocráticas construídas durante o Grande Salto Adiante e a Revolução Cultural, as quais foram em parte mantidas mas alienadas e postas a serviço de outras políticas.

⁶ A formulação das “Três ordens como eixo” (三项为纲) foi ainda em 1975 criticada por Mao, que respondeu com um artigo declarando que “estabilizar e unificar não significa abandonar a luta de classes” (CCPC, 2010, p. 158).

⁷ Nos últimos três anos da Revolução Cultural, muitos operários, estudantes e quadros envolveram-se na campanha de estudo do socialismo e da ditadura do proletariado. Nessa campanha, foram produzidos inúmeros materiais que identificavam a permanência dos mecanismos de produção e valorização do valor capitalista dentro da sociedade socialista. Os textos desse período indicam que seria possível a “limitação” desses dispositivos capitalistas por meio de medidas políticas populares. Mas o próprio Mao Zedong declarou em 1974 que entre socialismo e capitalismo, “entre o nosso mundo de hoje e o de antes, não tem muita diferença. A única coisa que mudou foi o sistema de propriedade”, porque “ainda tem divisão de renda conforme o trabalho, os níveis hierárquicos de trabalhadores, a circulação de moeda” (Russo, 2012).

1. Para implementar – a crise da categoria de classe e do Partido-Estado

Nós somos todos representantes.

Fala de um grupo de operários grevistas chineses à Polícia em 2006⁸.

Durante a Revolução Cultural, houve uma profunda crise do Partido-Estado tanto na sua estrutura administrativa, quanto na própria ideologia (ou *episteme*) que baseava a legitimidade do governo socialista (Russo, 2012). Em 1976 parte dessa crise havia sido controlada, mas o Comitê Central ainda não havia encontrado um caminho para a resolução dos conflitos sociais frequentes ou para reverter a crise da hegemonia do Partido-Estado e da *episteme* socialista – a qual havia se manifestado especialmente na categoria de classe social (Wu, 2013). Após a enfermidade e a morte de Mao Zedong, houve duas tentativas de retomada da unidade política nacional que fracassaram antes da Reforma e Abertura (ou da chamada “Era Deng”).

A primeira tentativa ocorreu em 1975, quando o Grupo Central da Revolução Cultural havia se posicionado contra a readmissão de Deng Xiaoping na posição de vice-*premier* do Partido Comunista. Um ano depois, quando Mao aponta Hua Guofeng para a posição de *premier*, os integrantes do Grupo Central também manifestaram sua oposição, descrevendo a recolocação de Deng Xiaoping e Hua Guofeng como uma tentativa de golpe contrarrevolucionário. O grupo propôs, então, que, em lugar dessas lideranças, fosse colocado na posição de *premier* e vice-*premier* pessoas que participaram ativamente do movimento da Revolução Cultural, sugerindo – entre o próprio grupo – os nomes de Wang Hongwen e Zheng Chunqiao. A oposição realizada pelo Grupo Central não logrou êxito, mantiveram-se, nas posições de *premier* e vice-*premier*, Hua Guofeng e Deng Xiaoping. A opção por essas duas pessoas, inclusive da parte de Mao Zedong, deve-se ao fato de que ambos haviam desenvolvido em suas carreiras como quadros políticos pragmáticas e moderadas de desenvolvimento industrial e agrícola.

Pouco depois, quando morre Mao em outubro de 1976, antes ainda do término dos 40 dias de luto costumeiros, Hua Guofeng emitiu ordem

⁸ Ngai (2012, p. 38).

de prisão dos membros do Grupo Central da Revolução Cultural. Em seguida, o Comitê Central instituiu a Completa Negação da Revolução Cultural: campanha que se manifestou na queima sistemática de documentos e livros, no desmanche dos grupos de estudo e universidades operárias, no retorno das universidades, na proibição da livre-associação, na prisão de rebeldes maoístas... e numa avassaladora propaganda contra a Revolução Cultural e a favor da “reordenação” da administração política e econômica nacional. O programa incluía também o restabelecimento do planejamento centralizado da economia e a reordenação da hierarquia técnica da produção industrial. Tratou-se, assim, de uma espécie de tentativa de recuperação da ordem pré-1966, na tentativa de suprimir os conflitos sociais que emergiram durante a Revolução Cultural; dessa forma, procurava-se assegurar o reconhecimento diplomático da República Popular da China, que tinha sido obtido apenas em 1971, após a visita do assessor de Segurança Nacional dos Estados Unidos, Henry Kissinger, e a formalização da visita que faria o presidente Nixon em 1972.

Essa proposta tinha como base a restauração da ordem socialista do Estado, na qual o operário é representado pelo Partido, integrando uma hierarquia que encadeava operário–camponês – técnico, especialista, quadros, Partido, Estado –; tal ideologia, entretanto, havia sido profundamente fraturada durante a RC (Russo, 2012).

O projeto liderado por Hua Guofeng procurava “remendar” a crise da *episteme* socialista através da recuperação da política econômica anterior a 1966. Para tanto seria também necessária uma operação no plano ideológico: foram negados os conteúdos das mobilizações políticas e irrupções operárias entre 1966 e 1976, descritos em inúmeras reportagens como “inúteis”, “vãos”, “desordenados”, “caóticos”. O Partido então se baseou na proposta “Pôr em ordem” de Deng, de 1975, a qual incluía construir um “verdadeiro sentido do Pensamento do presidente Mao”. Após extirpados os lemas maoístas, como o “Rebelar-se tem razão” ou o “Bombardeiem os quartéis-generais”⁹, Hua Guofeng propôs a chamada “Campanha dos Dois Quaisquer”: “Apoiamos

⁹ Ambos do início da Revolução Cultural, proclamados entre junho e agosto de 1966 (Walder, 2009, p. 1-27).

quaisquer deliberações do presidente Mao, seguimos as suas quaisquer diretivas”¹⁰.

Mas assim o projeto liderado por Hua Guofeng também fracassou. A Campanha dos Dois Quaisquer foi considerada errônea pelo Comitê Central já em 1977, e em 1978 começa oficialmente a campanha da Reforma: uma proposta de redirecionamento da política econômica, com o objetivo de fortalecimento do Estado e dos vínculos no mercado internacional – o que garantiria, por fim, o apoio político e econômico para a integração rentável no sistema internacional financeiro (Russo, 2012; Nakatani, 2014, p. 59).

Mais tarde, na referida Sexta Plenária de 1981, Hua Guofeng seria aposentado dos dois cargos que ainda ocupava no PCCh (presidente do Comitê Central e presidente da Comissão Militar do PC). No posto de presidente do Comitê Central, foi então eleito (pelo Comitê Central) Hu Yaobang, aliado da ala integrada por Deng Xiaoping.

A efetividade do programa reformista deve-se às suas características verdadeiramente inovadoras: estabelecer medidas que partiriam especificamente dos contextos econômico e cultural coevos, sem tentar recuperar uma ordem que já havia sido fraturada. Deng fora um dos principais responsáveis pela elaboração da Campanha da Completa Negação, e afirmou reiteradamente a ruptura com o programa político socialista e o predomínio do pragmatismo econômico, mas efetivou medidas políticas que partiam das pontas dos fios rompidos entre 1966 e 1976. Uma dessas soluções de continuidade aproveitadas eficazmente pelo Comitê Central após 1978 foi a crise da categoria “classe” (Wu, 2005).

1.1 Histórico da crise do Partido-Estado e da categoria classe ocorrida durante a RC

A Revolução Cultural (doravante RC) foi oficialmente lançada por uma circular em 16 de maio de 1966. Estavam ali propostos objetivos para a campanha: derrubar as práticas administrativas que tendiam à

¹⁰ “凡是毛主席作出的决策，我们都坚决维护，凡是毛主席的指示，我们都始终不渝地遵循” (disponível em <<http://baike.baidu.com/view/67133.htm>>, acesso em maio 2014).

burocratização¹¹, reformar as expressões da cultura artística de modo que esta estivesse centrada na referência do camponês e do proletário, transformar as políticas estatais a fim de colocar os objetivos sociais do comunismo na base e na orientação do planejamento da produção (Walder, 2009; Russo, 2005; CCPC, 1966a).

Após uma série de conflitos na implementação da Campanha da Revolução Cultural e tentativas falhas da ala antimaoísta do PC em controlar levantes populares ocorridos entre junho e julho de 1966, a 11ª Plenária do 8º Congresso do Comitê Central publicou a “Decisão de 16 pontos”, que definiu os métodos de ação política para a RC: liberdade de associação, reuniões públicas de debate e crítica a políticas partidárias e a quadros na alta hierarquia do PCCh, A Decisão instituiu: “só o povo pode educar a si mesmo, e nada nem ninguém pode agir em seu lugar”¹².

Em novembro, como resultado da intensa movimentação política em Xangai – municipalidade com maior número de operários do país –, um grupo de cerca de 3 mil operários decidiu instaurar a primeira organização operária independente: o Quartel General dos Trabalhadores (doravante QGT).

O QGT pediu ao Comitê Partidário e à Prefeitura de Xangai a sua legitimação como grupo operário participante das atividades políticas da Revolução Cultural. Eles demandavam horas de estudo diárias, o direito à troca de experiências com outras associações de Guardas Vermelhas

¹¹ No âmbito da política, segundo a avaliação dos setores maoístas do Partido, a burocratização da estrutura administrativa do Partido-Estado, a prioridade da economia sobre a política e a hierarquização das relações Partido-Povo eram consideradas práticas que causariam o retrocesso da sociedade ao capitalismo. No âmbito da indústria, a linha burocrática manifestava-se no reforço de estruturas hierárquicas, em que especialistas ou técnicos eram colocados em posição de liderança. Como os documentos que regulavam a campanha da Revolução Cultural apontavam como um de seus objetivos principais a luta contra o “burocratismo” (sic, 官僚主义) – o que absolutamente não significava uma luta contra a legitimidade do governo estatal –, há uma série de textos que analisam os efeitos da Revolução Cultural na estrutura e dinâmica do Estado, e de sua classe administrativa. Para um aprofundamento dos debates posteriores, ver Wu (2005).

¹² Artigo 4 da Decisão do Comitê Central do Partido Comunista Chinês sobre a Grande Revolução Cultural Proletária, 8 de agosto de 1966 (disponível em <<https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/1966/PR.1966-33g.htm>>, acesso em maio 2014).

e o direito de coordenarem periódicos próprios. O pedido foi negado pelas instituições partidárias locais sob o argumento de que o operariado, por ser já representado pelo Partido, não poderia engajar-se em movimentos independentes. A associação então se voltou para o Comitê Central para pedir sua legitimação e, em 13 de novembro de 1966, Zhang Chunqiao – integrante do Grupo Central da Revolução Cultural – assina um documento que reconheceu formalmente o QGT como “associação legítima e revolucionária” (Perry, 1997, p. 35).

A legitimação do QGT por parte do Comitê Central colocou uma questão teórica e prática para a estrutura do Partido-Estado: Se o Partido Comunista representava a classe operária e seus interesses, como conceber e lidar com a instituição de organizações autônomas de trabalhadores?

A existência dessas organizações independentes de trabalhadores colocou um desafio para a ideologia e a organização da sociedade, e ninguém soube como lidar com isso por meio da aplicação da “clássica” doutrina política socialista, uma vez que as associações de trabalhadores haviam rompido um elo crucial da cadeia política e conceitual que conectava os trabalhadores, as fábricas e o Estado socialista. (Russo, 2012, p. 12)

O evento provocou uma crise que perpassou todo o aparato estatal: seguindo o QGT, centenas de outras organizações rebeldes foram instituídas no país, indústrias e prefeituras foram tomadas e conflitos entre facções se multiplicaram.

Até fevereiro de 1967, Mao Zedong e o Grupo Central da Revolução Cultural apoiaram as cooperativas e os comitês que ocuparam fábricas e Unidades de Produção. Diversos artigos escritos por essas associações operárias foram publicados em jornais de circulação nacional, e os integrantes do GCRC foram várias vezes nas fábricas ocupadas realizar assembleias, conferências e pronunciamentos.

A ocupação operária de uma unidade de produção consistia em demissão dos quadros que ocupavam cargos gerenciais – geralmente relocados em cargos operários subalternos –, debate e crítica dos procedimentos gerenciais estabelecidos antes de 1966-1967, formação de uma comissão de planejamento da produção composta por operários, instituição de grupos de estudo e debate políticos.

Em maioria, os quadros depostos dos cargos de liderança eram aliados a integrantes dos Comitês Partidários locais; portanto, esses últimos também sofreram uma crise da sua legitimidade em administrar as relações de produção e a própria dimensão técnica do planejamento.

Entretanto, as ocupações das Unidades de Produção ou (às vezes) da própria municipalidade não duraram muito. Como os conflitos entre associações em uma mesma localidade eram constantes, logo em fevereiro de 1967 começaram a ser publicados textos com uma nova diretiva: a combinação tríplice ou a grande aliança para formação dos Comitês Revolucionários. Os textos recomendavam que, após as insurreições de janeiro – descritas como verdadeiros avanços políticos –, era a hora de organizar uma nova forma de governo. Mas o novo governo não poderia ser formado apenas por representantes das organizações autônomas: deveriam também contar com representantes do Exército Popular da Libertação e quadros readmitidos após autocríticas e novas propostas de atuação política.

Até o fim de abril de 1967, os Comitês Revolucionários haviam sido implementados na maior parte do país e permaneceu o modelo de administração estatal até o término da RC, mas paulatinamente perderam o caráter da representação tríplice e o espaço formal para o debate político. Em 1974, por exemplo, os representantes das insurreições de 1966 e 1967 foram expulsos dos Comitês e a tríplice representação de setores da sociedade foi transformada em subdivisão interna de esferas funcionais: departamentos de segurança, educação e propaganda, indústria e produção, agricultura e distribuição de alimentos (Guan, 1999, p. 1.040-1.056).

Mesmo com a implementação dos Comitês, persistiram os grupos de estudo operários e as chamadas Universidades dos Trabalhadores. Tais espaços objetivavam o aprimoramento técnico dos operários e camponeses, e também se constituíam como espaços de debate político do qual o trabalhador podia participar por algumas horas de seu dia, dentre as 12 horas mínimas de turno diário.

Mesmo com a restrição a algumas obras, esses grupos tinham acesso a uma quantidade e variedade impressionante de textos históricos e teóricos, e produziam estudos críticos do próprio contexto histórico em que viviam.

Havia projetos para a reforma da organização industrial a fim de reduzir a hierarquia baseada na divisão técnica do trabalho, através do intercâmbio entre os trabalhos de diferentes níveis. [...] O próprio conceito de “classe trabalhadora” foi questionado, resultando numa crise radical de subjetividade e de organização na relação entre “classe” e “Partido-Estado”. (Russo, 2012, p. 11)

Sendo assim, houve uma crise – iniciada em 1966 com o levante de associações operárias autônomas e mantida até 1976 – causada em parte pela persistência de movimentos independentes e críticas à legitimidade do PC vindas da própria classe que seria por ele representada.

O que poderia legitimar a autoridade do Partido Comunista, como líder do aparato estatal socialista, se sua conexão “histórico-política” com a “classe trabalhadora”, a qual era sua maior “base social”, foi desafiada no próprio âmbito da organização política? (Russo, 2012, p. 11)

A crise da “classe social” foi ainda aprofundada de forma irreversível pelos conflitos gerados pela burocratização dessa categoria. Na tentativa de restaurar a governabilidade, em 1967 o PC chinês implementou os Comitês Revolucionários e, dessa forma, tentou reintegrar as atividades políticas populares à agenda estatal. Mas o que ocorreu foi que os conflitos entre associações recrudesceram: os embates tornaram-se cada vez mais violentos e frequentes, movidos à causa de disputas pelo poder ou do que foi chamado de *faccionalismo* (派性) já na documentação coeva.

As facções utilizavam como “argumento” – logo esvaziado de qualquer política real – as categorias de classe, mas numa forma burocratizada. Havia tentativas de provar que uma facção era mais “revolucionária” que a outra, como é o caso ilustrativo das “Guardas Escarlates”, que procuraram nomear-se apontando para uma cor “mais vermelha que o vermelho” (Perry, 1997, p. 42).

Ao iniciar a Revolução Cultural, Mao e outros procuravam desenvolver um conjunto de táticas para combater [a burocratização], mas o resultado foi que esses conflitos se tornaram implicados no próprio processo [revolucionário] [...], conduzindo a uma renovada repressão política e à rigidez da organização do Partido-Estado. (Hui, 2006, p. 32)

A categoria de classe, dessa forma, havia sido questionada e por fim burocratizada em conflitos já despolitizados, que objetivavam apenas a disputa pelo poder.

1.2 Sobre o espectro da classe, a remodelação da política e da economia

O programa de Reforma e Abertura foi exitoso justamente porque partiu do panorama crítico da sociedade chinesa no ano de 1976. O projeto de Deng Xiaoping foi efetivo – ao contrário das tentativas do Grupo Central da Revolução Cultural e de Hua Guofeng – porque, ao mesmo tempo que “negava” a RC, era construído sobre as suas marcas. Não era possível restaurar a ordem socialista pré-RC, especialmente porque a categoria de classe e a suposta representatividade classista do PC haviam sofrido uma crise da hegemonia. Assim, o programa de financeirização da economia oferecia uma possibilidade de superação da crise, especialmente no plano ideológico. Na economia capitalizada chinesa de fins da década de 1970, o chamado “pragmatismo” de Deng Xiaoping substitui a categoria de classe pelo discurso da meritocracia, do desempenho e do esforço individuais:

Assim,

a liberalização econômica foi usada para superar uma crise de legitimidade. [...] [Mas] neoliberalismo é uma forma de discurso dominante e ideologia que não tem capacidade para descrever as relações econômicas e sociais atuais da China [...].

[Essa ideologia] usa conceitos como “transição” e “desenvolvimento” para remendar as suas contradições internas. [...] O neoliberalismo frequentemente usa noções como “popular”, “sociedade” e “mercados”, para implementar políticas nacionais, bem como para opor-se figurativamente a “economia planificada”, “comunismo” ou “autocracia”. (Hui, 2003, p. 60)

No escopo da Abertura e da Reforma, foram realizadas diversas “reavaliações” da história da China, as quais operaram “reajustes” das bases teóricas seguidas pelo PC no passado, a fim de legitimar novas políticas econômicas e novos dispositivos jurídicos.

Por exemplo, no início da década de 1990, em meio a um projeto de estudo teórico mantido pelo PC intitulado “A evolução da estrutura

social contemporânea”, foi emitido veredito de condenação do conceito de classe marxista, substituindo-lhe pelo conceito weberiano de “setores sociais”. A inversão foi realizada sobre o argumento de que a palavra “classe” evocava a ideia de “luta de classes”, a qual não seria adequada para um país que ainda estava num primeiro estágio do desenvolvimento das forças produtivas, e que, portanto, ainda não poderia arcar com a reforma socialista. Imagens poéticas para definir a forma de organização desses “setores” da sociedade não faltaram: cacho de uva, bago de romã, pirâmide invertida... (Ngai, 2012, p. 10-15). Essa reforma da ideologia oficial permitiu que, em 2002, o PCCh criasse uma campanha para ampliar as suas filiações, anunciando no *Jornal do Povo* um convite “sincero” a capitalistas, homens de negócios e empresários a integrar o Partido Comunista... (Ngai, 2012, p. 9).

2. Para amortecer – desmantelamento e reaproveitamento do sistema de Comunas

Olhem bem. E assim, se dar o senhor deste arroz aos pedreiros e carpinteiros e ferreiros e trabalhadores nas fortalezas, dando-lhes cada dia três fanões pelo seu jornal, que são doze reis por dia, andarão contentes, que aqui os mandarins para seus serviços lhes dão dois fanões e se não trabalham dão-lhes açoites como palhas, pelo qual, senhores, serão esses trabalhadores bem pagos sem de del Rei nosso senhor tirar nem gastar um ceutil.

Vasco Calvo, ~1534¹³

Até a Liberação Nacional em 1949, as zonas rurais chinesas estavam organizadas numa hierarquia família-clã-feudo-província-Império. Esses “feudos” compostos por milhares de *households* – ou seja, terras arrendadas trabalhadas por um clã (uma família estendida em várias ramificações) – eram gerenciados pelos chamados “senhores da guerra”: grandes gerenciadores da terra imperial que detinham grande poder político em nível local a ponto de comandarem Exércitos sem autorização ou controle do poder central imperial. Os diversos aparatos administrativos imperiais e sua hierarquia eram regidos por argumentos confucianos,

¹³ Carta datada entre 1534-1536 (D’Intino, 1989, p. 41-42).

como a *xiao* (孝): traduzido geralmente como “piedade filial”, mas que na verdade indica um dever de respeito à hierarquia que vai do gênero (mulher subordinada a homem), passa pela família (filhos subordinados aos pais, concubinas às esposas, irmãos mais novos aos mais velhos) e culmina no âmbito social mais amplo (pobres submetidos a mandarins; súditos, ao imperador). Assim, pelo menos três séculos antes de 1949, as últimas duas dinastias imperiais já usavam essa organização da sociedade para fazer um registro da demografia e da produção, a fim de regular taxas, obras e serviços públicos.

Logo após a Liberação, teve início um processo de reforma agrária, que inicialmente organizou cooperativas agrícolas formadas por aproximadamente 150 clãs cada, de modo a implementar um tipo de escambo entre produções de tipos diversos. Grandes latifundiários foram expropriados, julgados por camponeses e obrigados a trabalharem “na enxada” (Howe, 1989).

Ao fim do Primeiro Plano Quinquenal (1953–1958), a produção agrícola havia crescido substancialmente, indicando, segundo a avaliação da ala maoísta do PC, que a cooperativização de pequenos e médios produtores seria o caminho correto para ambos, modernização e aumento da produção. O planejamento do Grande Salto Adiante (1958–1960, mas que inicialmente fora planejado para terminar em 1963) incluía a formação de Comunas Populares que deveriam incluir uma média de 4 mil a 5 mil clãs cada e que desenvolveriam atividades agrícolas, manufatureiras e industriais, além de proverem coletivamente serviços públicos com auxílio do Estado (Howe, 1989). Essas grandes vilas estavam registradas – com seus respectivos dados demográficos e produtivos – no sistema de *Hukou* (戶口), um registro de residência. Segundo esse sistema, cada Comuna ou Cooperativa era obrigada a registrar nascimentos, mortes, casamentos, invalidez, a fim de assegurar uma projeção ou um planejamento da produção e dos serviços sociais necessários àquela população. Cada indivíduo possuía um determinado registro no sistema de *Hukou*, que o classificava como habitante de determinada região e integrante de determinada Comuna ou Cooperativa. Dessa forma, *Hukou* também impedia que a migração interna ocorresse de acordo com a motivação individual, já que o Estado não tinha recursos para a administração da mobilidade, especialmente em situações de carestia em determinadas zonas (Nabuco, 2012).

A organização da sociedade em Comunas tinha como objetivo diminuir as chamadas “Três Grandes Diferenças” entre o camponês e o operário, o campo e a cidade, o trabalho intelectual e o trabalho braçal. De fato, entre 1958 e 1959 a produção agrícola e a renda *per capita* do camponês cresceram significativamente, diminuindo a desigualdade campo-cidade (Hui, 2003; Ngai, 2012). Mas os erros administrativos e a grande carestia de 1960-1961 levaram a uma crise nacional que requeria a imediata produção de capital para importação de alimentos e, em seguida, o aumento da produção agrícola. Como resultado dessa crise, as campanhas políticas de industrialização no campo e a plena seguridade social foram interrompidas.

A crise de 1960-1961 deu início a uma prática de “aproveitamento” do *Hukou* “contra ele mesmo”: as Unidades de Produção urbanas (em Shanghai principalmente, ou em Guangdong e Pequim) passaram a contratar pessoas registradas em comunas agrárias para trabalhar por períodos temporários nas indústrias urbanas. Dessa forma, esses trabalhadores migrantes não se utilizariam dos serviços sociais na Unidade de Produção urbana em que se encontravam (por teoria teriam esses direitos garantidos em sua comuna de origem) e, ao mesmo tempo, o trabalho temporário garantiria uma renda mínima que seria revertida para a família que ainda habitasse no campo. Essa estratégia era administrada pelos próprios quadros líderes de Unidades de Produção, Comunas e secretários em Comitês Partidários.

Esse tipo de “flexibilização” lucrativa do *Hukou* foi amplamente debatido e criticado durante o primeiro ano da Revolução Cultural, mas continuou sendo praticado (Wu, 2014, p. 95-141).

2.1 Estado e mercado (de trabalho) de mãos dadas

Em 1976 o sistema de Comunas foi desmanchado devido a conflitos internos e externos à sua organização. Havia conflitos internos às Comunas no que diz respeito à distribuição da renda, divisão dos recursos e organização familiar. Além disso, a organização em Comunas tinha como pressuposto uma certa “tensão política da economia”¹⁴, segundo a qual cada unidade familiar pudesse ter garantido os direitos a escolaridade,

¹⁴ Pozzana; Russo (2006, p. 348).

saúde, trabalho, renda mínima, mercadorias básicas. Essa determinada organização impedia a completa formação de um mercado de trabalho¹⁵.

No fim da década de 1970, o desmanche das Comunas e a reposição do sistema de pequenas cooperativas geraram um contingente de desempregados de aproximadamente 200 milhões de pessoas (Pozzana; Russo, 2011; Nabuco, 2012). Esse contingente foi a “mola de amortecimento” que permitiu a efetivação da Reforma e da Abertura e, mais recentemente, a passagem pela crise de 2008 (quando cerca de 23 milhões de trabalhadores perderam seus empregos na China) (Ngai, 2012, p. xi).

O aproveitamento dessa população, desde a Abertura e a Reforma, foi supervisionado e organizado pelo Estado. Em 1978 a 3ª Plenária do 11º Comitê Central instituiu a construção das Zonas Econômicas Especiais (经济特区), que deveriam se tornar focos de atração de investimentos vindos de Hong Kong, de Taiwan e dos EUA. A mão de obra dirigida a trabalhar nas enormes indústrias construídas nessas Zonas, bem como os serviços básicos de conservação urbana e construção civil, foi composta em sua quase totalidade pelos *mingong* (民工) – os mesmos desempregados após o desmantelamento das Comunas, trabalhadores migrantes que não tinham o *status* de operários nem o posto de produtores agrícolas.

Assim, a estratégia iniciada em 1958-1960 foi atualizada em fins da década de 1970.

Com o tempo, a migração se tornou um negócio organizado pelos governos provinciais e pequenos vilarejos. Seus departamentos de trabalho passaram a organizar grupos de migrantes e agenciá-los na construção civil, em fábricas ou como empregados domésticos nas províncias de destino. (Nabuco, 2012, p. 242)

Por cerca de dez anos, essa estratégia contribuiu para diminuir a desigualdade de renda entre campo e cidade (Leão, 2011, p. 127-134). Mas, em fins da década de 1980, essa prática tinha sido consolidada como política econômica nacional, a qual já não contribuía como antes para a distribuição de renda, especialmente com o aumento de zonas industriais no país (Ngai, p. 53). Então, a terceirização da mão de obra foi

¹⁵ Pozzana; Russo (2006, p. 348).

paulatinamente disseminada como forma de descentralização da administração social do trabalho. Hoje, na China, a mão de obra para saneamento básico, limpeza pública e construção civil é terceirizada em diversos níveis, que partem de empresas contratadas pelo próprio Estado.

O gerenciamento da migração e da administração dessa força de trabalho é feito, ainda, por aquela mesma rede burocrática de governo estabelecida entre 1949 e 1976, formada por quadros e secretários partidários locais. Com funções distintas daquelas atribuídas discursivamente no contexto socialista, essa rede está agora empregada (assalariada pelo Estado e comissionada pelas empresas privadas) para gerenciar a admissão, demissão e migração dos *mingong*.



Desde 2002, houve um aumento substancial dos investimentos estrangeiros, crescimento da produção e do investimento interno em educação técnica, surgimento de uma classe média urbana. Diante dessas transformações explodiram greves e movimentos trabalhistas em que participam especialmente *mingong*. As greves e os movimentos operários atuais recuperam diversos procedimentos maoístas da Revolução Cultural: cartazes, enfrentamentos diretos entre operários e administradores, ocupação de órgãos públicos, destruição de maquinário e até mesmo de edificações. Para se ter uma ideia, em 1994 foram registrados 77.794 trabalhadores envolvidos em litígios trabalhistas contra proprietários e administradores; em 2002, 608.396; em 2003, 801.042; em 2006, 679.312 (Ngai, 2012, p. 113).

3. Para crescer – burocracia estatal com novos rumos

Ao fazer a Revolução Socialista, não se sabe onde está a burguesia.

A burguesia está no Partido.

*Mao Zedong, 1974*¹⁶

Obviamente esta tese pode ser lida numa chave clássica socialista. Tomada de forma literal, pode ser simplesmente a reiteração do tema stalinista: a infiltração dos “inimigos de classe” entre as organizações do partido “operário”. Todavia, o escopo desta

¹⁶ Apud Russo (no prelo).

declaração não só vai além desses limites, mas também encerra uma visão classista de política: ele declara, como resultado de uma prolongada experimentação, que a “classe partidária” era radicalmente antipolítica.

*Alessandro Russo*¹⁷

A transição da economia socialista – baseada no capital industrial e no planejamento centralizado – para uma economia imbricada com o capital financeiro internacional foi realizada sobre espectros da estrutura burocrática partidário-estatal.

Desde o primeiro modelo da Reforma, o processo de abertura para o investimento internacional seguiu etapas bem controladas pela burocracia estatal. Inicialmente, entre 1976 e 1978, o PC buscou a aliança com empresários que haviam deixado a China continental entre 1949 e 1976, e residiam então em Hong Kong, em Taiwan, no Japão e nos EUA, em maioria. A fim de retomar os laços rompidos, os contatos familiares foram importantes meios, ainda sobre os trilhos da *xiao* (孝).

Entre 1978 e 1981 os investimentos estrangeiros aumentaram e diversificaram-se, ainda que controlados rigidamente pela administração estatal, sem a permissão para a propriedade privada de empresas industriais. Nessa primeira etapa das reformas econômicas chinesas, houve um crescimento surpreendente do PIB nacional, bem como um aumento da renda nas zonas rurais e uma diminuição do desemprego. Os resultados positivos desses primeiros anos de Reforma levaram a um apoio político popular e acadêmico da nova gerência partidária, bem como ao aprofundamento das medidas de Abertura.

Os investimentos estrangeiros diretos, entretanto, permaneceram sendo gerenciados pelas redes burocráticas associadas ao PC. A integração com o mercado financeiro internacional

não necessariamente levou a uma mudança da base estrutural e organizativa da classe partidária, mas seguramente transformou seus campos de atuação, multiplicando as esferas em que seu poder poderia ser desenvolvido. (Wu, 2005)

¹⁷ Apud Russo (no prelo). Russo também trata dessa questão formulada por Mao no texto citado “How did the Cultural Revolution end? The last dispute between Mao ZeDong and Deng XiaoPing, 1975” (Russo, 2012).

Dessa forma, a classe partidária integrou os oligopólios formados nos “acostamentos” das vias por onde entravam os investimentos estrangeiros. Um exemplo das novas funções assumidas pela rede burocrática de administração estatal é o gerenciamento do Sistema Duplo de Preços (ou Dual Track System, 双轨), que durou de 1978 a 1989. Essa medida determinava que os bens produzidos por indústrias estatais ou de capital misto fossem divididos em duas partes: aqueles produzidos no escopo do planejamento e das metas de produção nacionais seriam vendidos com o preço estabelecido pelo Estado; para a produção que ultrapassasse essas metas, o preço poderia ser “livremente” determinado pelo mercado (Hui, 2003, p. 50). A implementação desse sistema gerou um novo negócio de especulação financeira no país. Como as indústrias eram geridas por quadros ou investidores associados a quadros partidários, a burocracia passou a exercer o papel de administradora da especulação financeira relacionada ao Sistema Duplo de Preços, participando também de seus lucros. Em 1988 – um ano de particular rentabilidade nessa área –, 30% da renda nacional veio da especulação sobre o Sistema Duplo de Preços (Hui, 2003, p. 54).

A partir de 1989, o Sistema Duplo de Preços foi paulatinamente eliminado e em seu lugar foi estabelecido o Sistema de Contratos (iniciado em 1987). O Sistema de Contratos se refere a uma série de formas de associação entre capital Estatal e capital privado nacional e internacional; essas associações são reguladas por dispositivos jurídicos específicos que estão em constante adaptação.

A grande maioria das indústrias chinesas, ou alocadas na China, atualmente é regida por capital misto. Dessa forma, mesmo as indústrias de capital majoritariamente privado têm algum nível da gerência submetida a órgãos Estatais, sobretudo no que se refere à utilização da terra, da tecnologia e da mão de obra (Santillán, 2012).

Portanto, relações burocratizadas e alguns dispositivos específicos da economia planejada socialista foram mantidos desde a Reforma e Abertura, mas sofreram um “esvaziamento” político expresso no chamado “pragmatismo econômico” formalizado em 1981. Tal pragmatismo

apresenta-se como política – por ser hegemonia do vigente – e também resulta na “anulação da política” – porque só administra o presente como vigente, procurando reduzir toda política ao cálculo racional no plano do vigente. (Maar, 2010, p. 358)

A transformação das atividades desenvolvidas pela burocracia estatal – de políticos a proprietários e gerentes – tem como cerne a alienação do próprio trabalho. Por isso, pode-se considerar que uma das estratégias operadas pela Reforma e o crescimento expressivo do PIB chinês nos últimos 20 anos têm como um fundamento a consolidação de um mercado de trabalho.

3.1 O exemplo da Foxconn ou “Progresso: o seu nome é sofrimento”¹⁸

A Foxconn, ou Hon Hai Precision Industry Company, foi fundada em 1974 em Taipai, Taiwan. Em 1988, foi instituída a primeira planta industrial da empresa na China continental, na Zona Econômica Especial de Shenzhen, em Hong Kong. Essa pequena fábrica empregou somente 150 operários, todos *mingong*, dos quais cerca de 100 eram mulheres. Desde então a Foxconn não parou de crescer, e hoje a empresa administra cerca de 30 unidades de produção em 16 diferentes províncias da China continental, empregando diretamente mais de 1 milhão de funcionários (Ngai, 2012, p. 145–174).

A quantidade de suicídios cometidos por operários dentro das unidades de produção recentemente foi reportada em diversos canais midiáticos¹⁹. As denúncias são familiares a nossos ouvidos: trabalho de mais de 15 horas diárias, de 6 a 7 dias por semana, descontos inexplicáveis na hora do pagamento, disciplina militar nos dormitórios e nas linhas de produção, recuperação invertida de práticas autoritárias, como a escrita de autocríticas quando um operário comete algum erro.

¹⁸ Em mandarim: “成长，你的子就叫痛苦”. Essa frase é a citação n. 15 entre as que compõem o “Livro de citações de Terry Gou” (administrador geral e fundador da Foxconn). Todos os operários que vêm a trabalhar na empresa recebem um exemplar do “pequeno livro de citações de Gou”, uma referência no mínimo esquizoide do *Livro de citações do presidente Mao*, o “Livro vermelho”. Segundo Pun Ngai, quando um dos funcionários da empresa recebe uma promoção, uma das tarefas que deve cumprir em seu formulário de ascensão é citar de cor uma das “máximas” do livro (Ngai, 2012, p. 161).

¹⁹ Em 2010 e 2011, por exemplo, foram 24 suicídios de trabalhadores da empresa (Ngai, 2012, p. 158).

Aqui, porém, tratemos de como a estrutura estatal chinesa contemporânea está imbricada com o crescimento exponencial desse tipo de empresa.

O complexo de dispositivos jurídicos e sociais que vem sendo aprimorado desde 1978 para a efetivação do programa reformista criou uma verdadeira classe gerencial diferenciada entre aqueles que integram a burocracia do PCCh. Somente através do suporte burocrático, foi possível a implementação de uma determinada forma de produção que – como se repete à exaustão – está baseada na divisão mundial do trabalho e no emprego da mão de obra intensiva e deliberadamente barata.

Assim, as Zonas Econômicas Especiais não só se constituíram como regiões em que os investidores estrangeiros poderiam encontrar taxas reduzidas de impostos de importação e exportação, como também de facilitação no processo de utilização de terrenos. Para além dessas medidas costumeiras, o PCCh estabeleceu acordos nos quais se comprometia a gerenciar o suprimento de mão de obra e, no caso exemplar da Foxconn, chegou até a comprometer-se em fornecer estagiários vindos de universidades públicas e construir os dormitórios onde seriam alojados os trabalhadores majoritariamente migrantes.

Ora, essa “assessoria gerencial” oferecida pelo PCCh é o que permitiu que a Foxconn tenha crescido de forma tão rápida. Hoje, a empresa produz cerca de 50% de todos os aparelhos celulares e computadores consumidos do mundo. A “sociedade” acordada com o Estado permitiu também o processo de integração vertical e expansão geográfica. Em 2010 o governo chinês iniciou uma campanha de desenvolvimento do Oeste do país, criando novas Zonas Especiais no interior da China. Na esteira desse processo, a Foxconn estabeleceu fusões e alianças estratégicas com mineradoras e indústrias de peças e embalagens, e hoje controla quase toda a produção de algumas das mercadorias que exporta.

Uma das máximas de Terry Gou em seu “Livro de citações de Terry Gou” – o qual por sinal também está espalhado em frases impressas nos cantos das plantas industriais – é: “Os países, empresas e pessoas que melhor se adaptarem à doutrina do ‘Mundo é plano’, mais poderão usufruir da riqueza provinda da economia global competitiva”²⁰. O que

²⁰ Em mandarim: “最能适应「世界是平的」之国家、公司、个人，将分享全球化竞争的机会和财富”.

ele define como “doutrina do ‘Mundo é plano’” ou “o mundo está em equilíbrio” (ambos os significados podem ser lidos em 世界是平的) é uma referência direta ao discurso neoliberal. Vê-se que, de fato, a fim de usufruir da riqueza dessa nova ordem, foi necessária a planificação da sociedade, ou seja, a criação de uma “tábula rasa” esterilizada, sem conflitos estruturais, em que se poderiam atribuir novas funções a velhos dispositivos, reconfigurando-os.

Referências bibliográficas

Fontes primárias

- CCPCC – Comitê Central do Partido Comunista Chinês. *Circular of the Central Committee of the Communist Party of China on the Great Proletarian Cultural Revolution*, 16 de maio de 1966a. Disponível em <https://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/cc_gpccr.htm>. Acesso em maio 2019.
- CCPCC – Comitê Central do Partido Comunista Chinês. *Decision of the Central Committee of the Chinese Communist Party concerning the Great Proletarian Cultural Revolution*, 8 de agosto de 1966b. Disponível em <<https://www.marxists.org/subject/china/peking-review/1966/PR1966-33g.htm>>. Acesso em maio 2019.
- CCPCC – Comitê Central do Partido Comunista Chinês. *Resolution on certain questions in the history of our Party since the founding of the People's Republic of China*, 27 de junho de 1981. Disponível em <<https://www.marxists.org/subject/china/documents/cpc/history/03.htm>>. Acesso em maio 2019.
- CCPCC – Comitê Central do Partido Comunista Chinês. *História do Partido Comunista Chinês (中国共产党历史)*. Pequim: Editora do Partido Comunista Chinês, 2010.
- D'INTINO, Raffaella. *Enformação das cousas da China*. Lisboa: Imprensa Nacional, 1989.
- ELOGIO ao Comitê da Revolução e da Produção (Zan Geming Shengchan Weiyuanhui). *Jornal do Povo (Renmin Ribao)*, 23 de janeiro de 1967. Disponível no Arquivo Virtual da RC <www.wengewang.com>. Acesso em maio 2019.
- GUO, Taiming. *郭台铭语录 (Guo Taiming Yülü)*. Taiwan: Tianxia Publishing House, 2008.
- MAO, Zedong. *Selected works of Mao Tse-Tung*. Pequim: Foreign Language Press, 1965.
- MING, Jin Chun. A Revolução Cultural é um caos sem precedentes: é preciso negar completamente! (Wenge shi yichang kongqian de daneiluan: bixu Cheding Fouding!). *Jornal do Povo (Renmin Ribao)*, 20 de janeiro de 2012. Disponível em <<http://history.people.com.cn/GB/205396/16932433.html>>. Acesso em maio 2019.
- RUSSO, Alessandro. Theoretical problems in the study of the Cultural Revolution. Comunicação realizada na CONFERÊNCIA ANNUAL DO CHAO CENTER FOR CHINESE STUDIES, mar. 2013, no prelo.

Fontes secundárias

- ANDERSON, Perry. Dos revoluciones. *New Left Review*, n. 61, p. 55-90, 2010.
- BADIOU, Alain. The Cultural Revolution: the last revolution?. *Positions: East Asia Critique*, v. 13, n. 13, p. 481-514, winter, 2005.
- BADIOU, Alain. *A hipótese comunista*. São Paulo: Boitempo, 2012.
- FRANCESCO, Tommaso di. *L'assalto al cielo*. Roma: Manifesto Libri, 2005.
- GABRIELE, Unctad. The role of the State in China's industrial development: a reassessment. *Comparative Economic Studies*, v. 52, p. 325-350, ago. 2010.
- GUAN, Haiting. História dos comitês revolucionários (Geming weiyuanhui shimo). *Avaliar a Revolução Cultural (回首文革)*. V.2. Pequim: Editora do Partido Comunista Chinês, 1999, p. 1.040-1.056.
- HOWE, Christopher. *The foundations of the Chinese planned economy*. London: The Macmillan Press LTD, 1989.
- HUI, Wang. *China's new order*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- HUI, Wang. Depoliticized politics, from East to West. *New Left Review*, n. 41, p. 29-45, 2006.
- JIANG, Hongsheng. *The Paris Commune in Shanghai*. Durham (NC): Duke University Library, 2010 (Tese de Doutorado).
- LEÃO, Rodrigo Pimentel F; PINTO, Eduardo Costa; ACIOLY, Luciana. *A China na nova configuração global: impactos políticos e econômicos*. Brasília: IPEA, 2011.
- MAAR, Wolfgang Leo. Política como práxis. Hegemonia às avessas: um exercício teórico. *Hegemonia às avessas*. São Paulo: Boitempo, 2010, p. 351-368.
- NABUCO, Paula. Hukou e migração na China: alguns apontamentos sobre a divisão do trabalho. *Revista de Economia Contemporânea*. Rio de Janeiro, v. 16, n. 2, p. 237-258, maio-ago. 2012.
- NAKATANI, Paulo et al. A expansão internacional da China através da compra de terras no Brasil e no mundo. *Textos e Contextos*, v. 13, n. 1, p. 58-73, jan.-jun. 2014.
- NGAI, Pun. *Cina, la società armoniosa*. Milão: Jaca Book, 2012.
- PERRY, Elizabeth; XUN, Li. *Proletarian power, Shanghai in the Cultural Revolution*. New York: Westview Press, 1997.
- POZZANA, Claudia; RUSSO, Alessandro. China's new order and past disorders – a dialogue starting from Wang Hui's analysis. *Critical Asian Studies*, v. 38, n. 3, p. 329-351, 2006.
- POZZANA, Claudia; RUSSO, Alessandro. Continuity/discontinuity. *Critical Asian Studies*, v. 43, n. 2, p. 261-284, jun. 2011.
- RUSSO, Alessandro. The conclusive scene: Mao and the Red Guards in July 1968. *Positions: East Asia Critique*, v. 13, n. 13, p. 535-574, winter, 2005.
- RUSSO, Alessandro. How to translate Cultural Revolution. *Inter-Asia Cultural Studies*. Taiwan, Chiao Tung University, v. 7, n. 4, p. 673-682, 2006.
- RUSSO, Alessandro. How did the Cultural Revolution end? The last dispute between Mao ZeDong and Deng XiaoPing, 1975. *Modern China*, 17 de setembro de 2012.

- Disponível em <<https://journals.sagepub.com/doi/abs/10.1177/0097700412454528?journalCode=mcxa>>. Acesso em maio 2019.
- SANTILLÁN, Gustavo; SILBERT, Jaime. Contribuição para a compreensão da China atual: economia, intervenção estatal e consequências sociais. *Novos Rumos*. Marília, v. 49, n. 2, p. 105-120, jul.-dez. 2012.
- SPENCE, Jonathan. *Em busca da China moderna*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- WALDER, Andrew. *Fractured rebellion. The Beijing Red Guard movement*. Cambridge: Harvard University Press, 2009.
- WANG, Hui. *China's new order*. Cambridge: Harvard University Press, 2003.
- WU, Yiching. Rethinking “capitalist restoration” in China. *Monthly Review*, v. 57, n. 6, nov. 2005. Disponível em <<http://monthlyreview.org/2005/11/01/rethinking-capitalist-restoration-in-china>>. Acesso em maio 2014.
- WU, Yiching. How state enumeration spoiled Mao’s last revolution. *Journal of Modern Chinese History*. Universidade de Toronto, v. 7, n. 2, p. 200-217, 2013.
- WU, Yiching. *Cultural Revolution at the margins*. Cambridge: Harvard University Press, 2014.